

AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL DE SELEÇÃO INTERNACIONAL PARA A CONTRATAÇÃO DE INVESTIGADOR(A) DOUTORADO(A) PARA A IST-ID

Aviso nº CiTUA1_FCT TENURE /IST-ID

1. Enquadramento

Por deliberação da Direção da IST, ID, Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento (doravante IST-ID) de 18 de outubro de 2024, foi decidido abrir procedimento concursal de seleção internacional para um lugar de investigador(a) doutorado(a), em regime de dedicação exclusiva para o exercício de atividades de investigação científica na área científica de Artes, sub-área científica de Arquitetura e Urbanismo – Inovação Social e Transformação para a Resiliência Territorial, Unidade de I&D em território, Urbanismo e Arquitetura - em regime de contrato de trabalho sem termo, ao abrigo do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro na sua atual redação, e no âmbito do mecanismo de financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para apoiar a contratação de doutorados para a carreira de investigação científica decorrente do programa de financiamento previsto na Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado).

As atividades de investigação científica, a desenvolver no CiTUA, em Inovação Social e Transformação para a Resiliência Territorial irão contribuir para a internacionalização e expansão destas áreas-chave de investigação no CiTUA e na IST-ID, apoiando as suas estratégias e objetivos de investigação e incidindo num conjunto de tarefas que incluem, i) desenvolver investigação nas áreas de inovação social e sustentabilidade e resiliência territorial. Tal envolve explorar as dinâmicas, sinergias e conflitos com outras áreas de investigação do CiTUA; ii) desenvolver propostas de projetos relacionados com estas áreas de investigação para candidaturas a financiamento nacional e/ou internacional; iii) orientar estudantes licenciados, alunos de Doutoramento e bolsiros a desenvolver investigação; iv) publicar artigos científicos em jornais internacionais com revisão por pares; v) organizar uma conferência científica internacional distinguida nas áreas de inovação social ou de planeamento territorial; vi) dar aulas a cursos de Mestrado/Doutoramento sobre temáticas relacionadas com inovação social e sustentabilidade e resiliência territorial.

Posição aberta ao abrigo do programa FCT TENURE - 1ª edição, no âmbito dos objetivos estratégicos do CiTUA, e cujo investigador passará a ser membro integrado desta Unidade de Investigação e da linha de financiamento de apoio à contratação por tempo indeterminado de doutorados (Programa de financiamento adicional OE 2024 para estímulo à contratação de investigadores).

2. Legislação aplicável

- Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual.
- Quando aplicável, regulamentação específica aplicável à IST-ID designadamente o Regulamento da Carreira de Investigação da Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento (adiante designado por RCISTID), disponível em <https://ist-id.pt/files/sites/43/regulamento-da-carreira-de-investigacao-da-ist-id-1.pdf> e os Princípios Gerais da Política de Recursos Humanos Investigadores da IST-ID, disponível em <https://ist-id.pt/files/sites/43/principios-gerais-da-politica-de-recursos-humanos-investigadores-da-ist-id.pdf>.

3. O local de trabalho

O local de trabalho situa-se no CiTUA - Centro para a Inovação em Território, Urbanismo e Arquitetura, IST-ID, Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento, Av. António José de Almeida, n.º 12, 1000-043 Lisboa, Portugal.

4. Remuneração

A remuneração mensal líquida está de acordo com o disposto no artigo 15.º do RCISTID, ao primeiro nível remuneratório de investigador auxiliar da tabela remuneratória única.

5. Requisitos de admissão

5.1 Requisitos gerais

Ao procedimento concursal podem ser opositores(as) candidatos(as) nacionais, estrangeiros(as) e apátridas que sejam titulares do grau de Doutor(a) ou de reconhecimento do grau de Doutor(a), nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto, em ramo de conhecimento ou especialidade que abranja a área científica de Artes, **sub-área científica de Arquitetura e Urbanismo**, e sejam ainda detentores/as de um currículo científico e profissional que revele um perfil adequado à atividade a desenvolver.

Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de obedecer ao disposto na legislação portuguesa em matéria de registo/reconhecimento de graus estrangeiros, para o efeito terá de ser considerado o descrito no ponto n.º 6.2 (formalização das candidaturas) do presente Edital.

5.2 Requisitos específicos

Em termos específicos os(as) candidatos(as) devem ter o grau de doutor, com um *curriculum* relevante para o exercício de atividades de investigação científica nas áreas de Inovação Social e Transformação para a Resiliência Territorial.

Os(as) candidatos(as) deverão ter um doutoramento há pelo menos 2 anos, uma formação sólida em engenharia e gestão ou em cursos similares e experiência no desenvolvimento de investigação aplicada e no estudo de teoria relacionada com inovação social, que deve ser demonstrada através de: (i) investigação realizada no âmbito da dissertação de mestrado e da tese de doutoramento; (ii) participação em projetos de investigação nacionais/internacionais; (iii) publicação de artigos científicos em jornais internacionais com revisão por pares; (iv) orientação de alunos; e (v) colaboração em atividade de docência em áreas relacionadas com a sub-área científica de Arquitetura e Urbanismo.

A investigação anterior desenvolvida pelos(as) candidatos(as) deve ter sido reconhecida pela comunidade científica, tendo, nos últimos 10 anos, pelo menos 3 ou mais publicações no domínio disciplinar da inovação social e da sustentabilidade e resiliência territorial.

Os(as) candidato(a)s devem, ainda, demonstrar competências na promoção de transferência de conhecimento, apresentando um projeto científico e pedagógico sobre inovação social e sustentabilidade e resiliência territorial, demonstrando o potencial do projeto para o

desenvolvimento das tarefas identificadas e como este irá contribuir para o nível de excelência das atividades de ensino e investigação do CiTUA e da IST-ID.

6. Formalização das candidaturas

6.1 As candidaturas são formalizadas mediante preenchimento e submissão do requerimento, disponibilizado no endereço eletrónico da IST-ID <https://ist-id.pt/concursos/emprego-cientifico-sem-termo/> dirigido ao Presidente da Direção da IST-ID, Associação do Instituto Superior Técnico para a Investigação e Desenvolvimento (IST-ID), onde conste a identificação deste aviso, nome completo, filiação, número e data do bilhete de identidade, do Cartão de Cidadão, ou número de identificação civil, número de identificação fiscal, data e localidade de nascimento, estado civil, profissão, residência e endereço de contacto, incluindo endereço eletrónico e contacto telefónico. O reconhecimento do grau de Doutor deverá ser obtido até à data do ato de contratação.

No requerimento de candidatura deverá o(a) candidato(a) indicar o seu consentimento para que as comunicações e notificações no âmbito deste procedimento concursal possam ter lugar por correio eletrónico, para o endereço eletrónico indicado na candidatura.

6.2 A candidatura é acompanhada dos documentos comprovativos das condições previstas no ponto 5 para admissão a este procedimento concursal, nomeadamente:

- a) Cópia do certificado ou diploma de doutoramento com indicação da respetiva data de conclusão;
- b) Tese de doutoramento ou documento(s) equivalente(s) que determinou(aram) a outorga deste grau académico;
- c) *Curriculum vitae* detalhado, e estruturado de acordo com os itens dos pontos 7 e 8, devendo ser assinalados, com junção de cópia, os trabalhos que o candidato considera mais relevantes para cada um dos itens dos pontos 7 e 8;
- d) Projeto científico e pedagógico sobre inovação social e sustentabilidade e resiliência territorial, contemplando o desenvolvimento e implementação de atividades científicas no CiTUA. Este projeto deverá abordar uma estratégia para a ampliação de redes, captação de financiamento nacional/internacional e capacitação de novos talentos, em especial focado na adoção de novas abordagens que reforcem aspetos socialmente inovadores no planeamento e gestão de territórios sustentáveis e resilientes através da aplicação de uma investigação-ação participativa. A proposta do projeto científico e pedagógico deve ser suportada pela experiência anterior dos(as) candidatos(as) e deve prever, dentro do seu âmbito, a publicação de pelo menos 4 (quatro) artigos científicos em jornais internacionais com revisão por pares e 2 (duas) candidaturas a projetos nacionais/internacionais em área científica relevante para a posição aberta. O texto da descrição do projeto deve ter até 5 páginas e utilizar o tipo de letra Times New Roman tamanho 11, espaçamento 1,5 entrelinhas;
- e) Outros documentos que o(a) candidato(a) justifique serem pertinentes para a análise da sua candidatura.

Caso o Doutoramento tenha sido conferido por uma instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de obedecer ao disposto na legislação portuguesa em matéria de reconhecimento de

graus estrangeiros, regulada pelo Decreto-Lei nº 66/2018, de 16 de agosto. No caso de o candidato(a) ser selecionado(a), a assinatura do contrato fica condicionada à apresentação do documento formal.

6.3 Prazo de candidatura

Os(As) candidatos(as) submetem os documentos referidos nos pontos 6.1 e 6.2, em formato de PDF, no endereço eletrónico <https://ist-id.pt/concursos/emprego-cientifico-sem-termo/> até ao último dia do prazo de abertura do procedimento concursal, o qual se fixa em 15 (quinze) dias úteis após publicação deste Aviso.

Pode o (a)candidato(a), com fundamento na impossibilidade ou dificuldade técnica do envio por correio electrónico de algum dos documentos referidos nos pontos 8.1 e 8.2, entregá-los em suporte físico, respeitando a data atrás referida, por correio registado com aviso de recepção para o endereço postal Av. António José de Almeida, n.º 12, 1000-043 Lisboa, Portugal, ou por mão própria junto da Direção de Recursos Humanos do IST, sita na Av. Rovisco Pais, 1049-001 Lisboa até às 16:30 (hora de Lisboa) do dia 13 de novembro de 2024.

Não sendo aceite a justificação do(a) candidato(a) para a entrega de documentos apenas em suporte físico, é-lhe dado pelo Presidente do Júri um prazo e 5 (cinco) dias úteis para os apresentar também em suporte digital.

6.4 A candidatura/preenchimento do formulário de candidatura é apresentada em língua portuguesa e o *curriculum vitae* e os documentos são apresentados em língua inglesa.

6.5 Não são admitidos(as) ao procedimento concursal os(as) candidatos(as) que não cumpram o disposto no ponto 6 do presente aviso, que formalizem incorretamente a sua candidatura ou que não comprovem os requisitos exigidos no presente concurso, sendo liminarmente excluídos(as) aqueles/as que não apresentem a candidatura utilizando o formulário, ou não entreguem todos os documentos referidos nas alíneas a) a d) do ponto 6.2, ou que os apresentem de forma ilegível, incorretamente preenchidos, ou inválidos. Assiste ao júri ainda a faculdade de exigir a qualquer candidato(a) em caso de dúvida e para efeitos da sua admissão a procedimento concursal, a apresentação de documentos comprovativos das respetivas declarações. A não apresentação dos esclarecimentos, informações ou documentos que sejam solicitados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, significa a desistência da candidatura.

As falsas declarações prestadas pelos candidatos(os) serão punidas nos termos da lei.

6.6 Processo de seleção.

Nos termos do artigo 6.º do RCISTID a seleção realiza-se através da avaliação do percurso científico e curricular dos(as) candidatos(as).

7. Avaliação dos candidatos (as)

7.1 A avaliação incide sobre a relevância, qualidade e atualidade do percurso científico e curricular:

- a) Da produção científica, tecnológica, académica e cultural ou artística dos últimos cinco anos considerada mais relevante pelo/a candidato/a;
- b) Das atividades de investigação aplicada, ou baseada na prática, desenvolvidas nos últimos cinco anos e consideradas de maior impacto pelo/a candidato/a;
- c) Das atividades de extensão e de disseminação do conhecimento desenvolvidas nos últimos cinco anos, designadamente no contexto da promoção da cultura e das práticas científicas, consideradas de maior relevância pelo/a candidato/a;
- d) Das atividades de gestão de programas de ciência, tecnologia e inovação, ou da experiência na observação e monitorização do sistema científico e tecnológico ou do ensino superior, em Portugal ou no estrangeiro.

7.2 O período de cinco anos a que se refere o número anterior pode ser aumentado pelo júri, a pedido do(a) candidato(a), quando fundamentado em suspensão da atividade científica por razões socialmente protegidas, nomeadamente, por motivos de licença de parentalidade, doença grave prolongada, e outras situações de indisponibilidade para o trabalho legalmente tuteladas.

7.3 O sistema de classificação final dos candidatos é expresso de 0 a 100. O valor é calculado atendendo, sempre, que para cada item só será considerada a atividade relevante para a área do concurso, de acordo com a ponderação referida no ponto 8 do presente aviso.

8. Critérios de avaliação

São critérios de avaliação os constantes do presente número, com a faculdade constante do ponto 8.5, e dando particular relevância ao curriculum vitae e às contribuições consideradas de maior relevância pelo candidato nos últimos 5 anos:

8.1 .Qualidade da produção científica, tecnológica, cultural ou artística, considerada mais relevante pelo candidato, e relevante para o projeto a desenvolver, a que foi dado um fator de ponderação de 30% considerando:

- i) Publicações científicas: parâmetro que tem em conta os livros e artigos em jornais científicos internacionais com revisão por pares de que o candidato foi autor ou co-autor, considerando:
 - a sua natureza e o seu impacto para desafios sociais emergentes;
 - o nível científico, o grau de inovação e a multidisciplinaridade dos trabalhos;
 - a importância das contribuições para o avanço do estado atual do conhecimento sobre a inovação social e a sustentabilidade e resiliência territorial;
 - a importância dos trabalhos que foram seleccionados pelo/a candidato/a como mais representativos, nomeadamente no que respeita à sua contribuição para o desenvolvimento e evolução da área científica para que é aberto o procedimento concursal: na área científica de Artes, sub-área científica de Arquitetura e Urbanismo – Inovação Social e Transformação para Resiliência Territorial, Unidade de I&D em território, Urbanismo e Arquitetura.

ii) Participação em projetos científicos nacionais e internacionais: parâmetro que tem em conta a participação em projetos científicos nacionais e internacionais pelo candidato, sujeitos a procedimento concursal numa base competitiva, considerando:

- o âmbito territorial dos projetos e o impacto dos seus resultados para a sociedade, nomeadamente no que respeita à ligação a desafios sociais atuais e a questões chave de planeamento territorial;
- a importância das contribuições dos projetos, nomeadamente nas áreas da inovação social e da sustentabilidade e resiliência territorial.

iii) Orientação de estudantes e bolsiros de investigação: parâmetro que tem em conta a orientação de alunos de mestrado e de bolsiros de investigação, considerando a relevância das dissertações e outros trabalhos relevantes resultantes da orientação, distinguindo especialmente os trabalhos premiados.

8.2 . Atividades de investigação aplicada, ou baseada na prática, consideradas de maior impacto pelo candidato, e relevante para o projeto a desenvolver, a que foi dado um fator de ponderação de 20% considerando:

i) Experiência na prestação de serviços de consultoria integrada na missão institucional: parâmetro que tem em conta a participação em atividades de consultoria que envolvam o sector público, nomeadamente nas áreas de planeamento territorial e sustentabilidade.

ii) Experiência no desenvolvimento e facilitação de sessões de participação baseadas numa abordagem baseada na prática: parâmetro que tem em conta o desenvolvimento e facilitação de sessões de participação, como *workshops* ou *focus groups*, que envolvam a sociedade e que tenham contribuído para o papel ativo das pessoas para construir territórios mais sustentáveis e resilientes.

8.3. Das atividades de extensão e de disseminação do conhecimento, designadamente no contexto da promoção da cultura e das práticas científicas, consideradas de maior relevância pelo candidato, e relevante para o projeto a desenvolver, a que foi dado um fator de ponderação de 20% considerando:

i) Publicações de divulgação científica : parâmetro que tem em conta os artigos em revistas generalistas e os manuais/guias desenvolvidos para aplicação de profissionais e praticantes da área, considerando o seu impacto profissional e social.

ii) Serviços à comunidade científica e à sociedade: parâmetro que tem em conta a participação em iniciativas de divulgação científica, nomeadamente quando efetuadas junto:

- da comunidade científica, incluindo a participação ativa em conferências internacionais distinguidas nas áreas de inovação social e de planeamento territorial;
- da sociedade, incluindo o desenvolvimento de sessões participativas em diferentes comunidades;
- do sector público, incluindo a participação em relatórios públicos e a participação em sessões de participação pública.

8.4 . Contribuição em actividades de gestão de programas de ciência, tecnologia e inovação, ou da experiência na observação e monitorização do sistema científico e tecnológico ou do

ensino superior, em Portugal ou no estrangeiro, e relevante para o projeto a desenvolver, a que foi dado um fator de ponderação de 30% considerando:

i) Experiência demonstrada em atividades de gestão e elaboração de projetos científicos: parâmetro que tem em conta a experiência demonstrada do(a) candidato(a) em atividades de gestão e elaboração de projetos científicos sobre soluções socialmente inovadoras e sobre planeamento territorial para a sustentabilidade.

ii) Experiência no desenvolvimento e submissão de candidaturas para financiamento: parâmetro que considera a experiência do(a) candidato(a) na elaboração e submissão de candidaturas de projetos científicos para financiamento nacional e internacional.

iii) Experiência de ensino em áreas relacionadas com esta competição: parâmetro que tem em conta a experiência do(a) candidato(a) no ensino superior, nomeadamente em aulas sobre as áreas de conhecimento de inovação social, planeamento territorial e sustentabilidade.

8.5. Na ponderação dos critérios de avaliação elencados nos números 8.1 a 8.4, cada membro do júri pode considerar os seguintes parâmetros adicionais, nas seguintes condições:

8.5.1 Relevância e qualidade do projeto científico e pedagógico proposto para o exercício de atividades de investigação científica, a implementar no CiTUA, na temática de inovação social e sustentabilidade e resiliência territorial, suportado pela experiência científica do candidato.

8.5.2 Relevância e qualidade da tese de Doutoramento do(a) candidato(a), nomeadamente em relação às áreas desta competição: Inovação Social e Transformação para Resiliência Territorial.

8.5.3 De o(a) candidato(a) possuir um H-index mínimo de 2 (dois) obtido através do Scopus.

8.5.3 Contribuição para o desenvolvimento de projetos de investigação na área científica em que a competição decorre.

9. Composição do júri

Nos termos e em conformidade com o artigo 8.º do RCISTID foi designado o júri do procedimento concursal que tem a seguinte composição:

Composição do júri:

Teresa Frederica Tojal de Valsassina Heitor, Professora Catedrática (Presidente do Júri)

Ana Tostões, Professora Catedrática (Membro)

Rosário Macário, Professora Catedrática (Membro)

Francisco Teixeira Bastos, Professor Auxiliar (Membro)

Jorge Manuel Gonçalves, Professor Auxiliar (Membro).

10. Competências, funcionamento e deliberações do júri

Compete ao júri do procedimento concursal assegurar a sua tramitação designadamente: apreciar as candidaturas; deliberar através de votação nominal fundamentada de acordo com os critérios de

seleção adotados e divulgados, não sendo permitidas abstenções; realizar reuniões, incluindo as destinadas à decisão final, com recurso aos meios telemáticos

Das reuniões do júri são lavradas atas, que contêm um resumo do que nelas houver ocorrido, bem como os votos emitidos por cada um dos membros e respetiva fundamentação.

Após conclusão da aplicação dos critérios de seleção, o júri deve proceder à elaboração de uma lista ordenada dos candidatos aprovados com a respetiva classificação.

10.1 O júri pode decidir selecionar até 3 candidatos(as) que serão chamados(as) a realizar uma sessão de apresentação dos resultados da sua investigação, na sequência da qual os membros do júri devem estimular um debate aberto sobre o seu conteúdo e caráter inovador. Esta sessão de apresentação não constitui método de seleção e não é classificada, visando meramente a obtenção de esclarecimentos ou explicitações de elementos constantes dos currícula dos(as) candidatos(as.)

10.2 O júri, sempre que entenda necessário, pode solicitar ao(à) candidato(a) a apresentação de documentos adicionais comprovativos das declarações do(a) candidato(a), que sejam relevantes para a análise e classificação da sua candidatura.

10.3 Aprovação em mérito absoluto:

10.3.1 O júri deliberará sobre a sua aprovação ou rejeição em mérito absoluto, por votação nominal justificada onde não são admitidas abstenções.

10.3.2 Considera-se aprovado/a em mérito absoluto o/a candidato/a que obtenha voto favorável de mais de metade dos membros do júri votantes.

10.3.3 Serão aprovados/as em mérito absoluto os/as candidatos/as que tenham um percurso científico e curricular relevante para a(s) área(s) científica(s) do procedimento concursal e tendo em conta a sua adequação aos critérios adicionais de ponderação identificados no ponto 8.5.

10.3.4 O voto desfavorável à aprovação em mérito absoluto pode ainda ser fundamentado com o incumprimento da seguinte circunstância de o Projeto Científico elaborado pelo (a) candidato a) se mostrar como claramente insuficiente e desenquadrado da(s) área(s) científica(s), enfermando de incorreções graves ou não for suportado pelo trabalho anterior do/a candidato/a.

10.4. Cada membro do júri atribuiu uma classificação a cada um(a) dos(as) candidatos(as) em cada critério de avaliação, numa escala de 0 a 100 pontos, procedendo à ordenação dos(as) candidatos(as) em função da respetiva classificação final constituída pelo somatório das classificações parciais atribuídas em cada critério de avaliação, e tendo em consideração a ponderação atribuída a cada parâmetro.

10.5 Os(As) candidatos(as) são ordenados(as) através da aplicação do método de votação sucessiva.

10.6 O júri delibera por maioria absoluta, não sendo permitidas abstenções.

10.7 A classificação final de cada candidato(a) é a que corresponde à sua ordenação resultante da aplicação do método referido no ponto 10.4

10.8 Após conclusão da aplicação dos critérios de seleção, o júri procede à elaboração da lista ordenada dos candidatos aprovados com a respetiva classificação.

10.9 A deliberação final do júri é homologada pelo Presidente da Direção da IST-ID, a quem compete também a decisão a celebração do respetivo contrato.

11. Publicitação

A lista de candidatos(as) admitidos(as) e excluídos(as) bem como a lista final ordenada dos candidatos (as) são publicitadas na página eletrónica da IST-ID <https://ist-id.pt/>, sendo os(as) candidatos(as) notificados(as) por mensagem de correio eletrónico, com recibo de entrega da notificação.

12. Audiência Prévia e prazo para a Decisão Final

Após notificados, os(as) candidatos(as) têm 10 (dez) dias úteis para se pronunciar. No prazo de 90 dias, contados a partir da data limite para a apresentação das candidaturas, são proferidas as decisões finais do júri.

13. Lista de Ordenação Final e ocupação dos postos de trabalho

O presente procedimento concursal destina-se, exclusivamente, ao preenchimento da(s) vaga(s) indicada(s), podendo ser feito cessar até a homologação da lista de ordenação final dos/as candidatos(as) e caducando com a respetiva ocupação do(s) posto(s) de trabalho em oferta.

14 Política de não discriminação e de igualdade de acesso

14.1 A IST-ID promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum/a candidato(a) pode ser privilegiado(a), beneficiado/a, prejudicado(a) ou privado(a) de qualquer direito ou isento/a de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou

condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

14.2 Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de fevereiro, o(a) candidato(a) com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os(As) candidatos(as) devem declarar no formulário de candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.

15. Política de privacidade

A IST-ID é a Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais nos termos do Regulamento 2016/679 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Os dados pessoais tratados no âmbito deste procedimento concursal destinam-se à instrução do mesmo, e serão tratados pela IST_ID com a finalidade de verificação do preenchimento, por parte dos candidatos, dos pressupostos fixados na legislação aplicável com vista à sua contratação.

A oposição ao tratamento dos dados por parte dos candidatos inviabilizará a admissão da candidatura e, por conseguinte, a análise e avaliação da mesma.

O prazo de conservação dos dados corresponderá ao prazo de cinco anos legalmente definido.

O Titular dos dados tem o direito de se opor à recolha e tratamento, de verificar, corrigir, eliminar e de limitar a utilização dos dados recolhidos. O exercício destes direitos é excecionado quando os seus dados pessoais são utilizados para salvaguarda do interesse público, nomeadamente em casos de deteção e prevenção de crimes, ou quando os mesmos estão sujeitos a sigilo profissional.

O Titular dos dados tem direito de acesso e portabilidade dos dados.

Para o exercício dos respetivos direitos, contactar IST-ID através do endereço de e-mail dpo@ist-id.pt.

O Titular dos dados tem sempre o direito de contactar e dirigir uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados.